CNJ deve regular grampos judiciais, defende AGU

A Advocacia-Geral da União se manifestou a favor da Resolução do Conselho Nacional de Justiça que disciplina os procedimentos para autorização judicial de grampas telefônicas e que cria o cadastro nacional de grampas. A AGU se manifestou depois que a Procuradoria-Geral da República pediu uma declaração de inconstitucionalidade da norma ao Supremo Tribunal Federal. Segundo o argumento de que o CNJ agiu além de sua competência para estabelecer regras para as decisões sobre os grampas.

Na manifestação, enviada ao STF na sexta-feira (23), o advogado-geral da União, ministro José Antonio Dias Toffoli, defende, preliminarmente, a não condução do artigo 9º, que o pedido de autorização do grampo por meio de sistema eletrônico (Lei nº 9.295/96). Pela autora, o CNJ não pode ser objeto de ação de inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito, a AGU sustenta que o CNJ deve ser considerado inconstitucional, pois não tem a competência para legislar em matéria de grampas. 

A ADI foi proposta pela Procuradoria-Geral da República contra a Resolução 59/08 do CNJ em setembro de 2008. Para Antonio Fernando Souza, o conselho foi além de sua competência constitucional para estabelecer regras para as decisões sobre os grampas.

"Não pode o CNJ incluir formalidade que a lei não fez, sob a fórmula de regulamentação administrativa, tomando não só a liberdade do juiz, mas também a legitimidade da vontade geral lícita e democrática文中, defende Toffoli.

Para o procurador-geral, mesmo que o STF não reconheça que a resolução representa ingenuidade do CNJ em atividade típica do Judiciário e reafirme sua natureza constitucional, ela deve ser considerada inconstitucional porque trata de matéria que deve ser regulada por lei.

ADI 4.145

Apresentação de cheque pré-datado antes do prazo gera dano moral

A Constituição Federal, no Capítulo do Direito e Garantias Individuais, em duas passagens (incisos VI e X, do artigo 5º, menciona de forma explícita a reparação do dano moral. Daí decorrer a necessidade de que a devolução do cheque pré-datado tenha como objetivo, que não o seja, a reparação de um dano moral.

E contar com um exemplo prático que possa ser o caso contido no artigo 9º, o que pode ser considerado um dano moral.

Dano moral seria a lesão de interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica (artigo 5º, parágrafo único, da Constituição Federal, que trata dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de acordo com a manifestação da ADI. Para tanto, o CNJ pode expedir atos regulamentares.

A função normativa e moralizadora do Conselho Nacional de Justiça faz-se necessária, especialmente em temas muito sensíveis, como as autorizações de grampas e ordens de rebeldia, de sistemas de informação e telemática", defende Toffoli.

A ADI foi proposta pela Procuradoria-Geral da República contra a Resolução 59/08 do CNJ em setembro de 2008. Para Antonio Fernando Souza, o conselho foi além de sua competência constitucional para estabelecer regras para as decisões sobre os grampas.

"Não pode o CNJ incluir formalidade que a lei não fez, sob a fórmula de regulamentação administrativa, tomando não só a liberdade do juiz, mas também a legitimidade da vontade geral lícita e democrática", defende Toffoli. Para o procurador-geral, mesmo que o STF não reconheça que a resolução representa ingenuidade do CNJ em atividade típica do Judiciário e reafirme sua natureza constitucional, ela deve ser considerada inconstitucional porque trata de matéria que deve ser regulada por lei. 

ADI 4.145